



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2022

Susta a Resolução nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, do Conselho Federal de Medicina, que aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.

**AUTORIA:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2022**



SF/22906.85380-00

Susta a Resolução nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, do Conselho Federal de Medicina, que *aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica sustada, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Resolução nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, do Conselho Federal de Medicina, que *aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa.*

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Federal de Medicina (CFM) é uma autarquia especial, que possui atribuições de fiscalização e normatização da prática

médica, nos termos da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957. A natureza jurídica dessa entidade decorre do fato de exercer atividades típicas de Estado.

Por pertencer à Administração Pública indireta, aplicam-se ao CFM os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por sua vez, decorre do Princípio da Legalidade que, na Administração Pública, só é permitido fazer o que a lei explicitamente autorizar. Assim, a autoridade, o gestor ou o conselheiro não podem praticar atos fora da sua competência legal e tampouco deixar de atender ao interesse público.

Cabe ressaltar, contudo, que a competência em matéria de controle de legalidade é, primordialmente, do Poder Judiciário. No entanto, há exceções a essa regra geral, como a contida no inciso V do art. 49 da Constituição, que atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva de *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*.

Por esses motivos, compete ao Congresso Nacional examinar a recém-publicada Resolução nº 2.324, de 11 de outubro de 2022, do Conselho Federal de Medicina, que *aprova o uso do canabidiol para o tratamento de epilepsias da criança e do adolescente refratárias às terapias convencionais na Síndrome de Dravet e Lennox-Gastaut e no Complexo de Esclerose Tuberosa*.

Entre outras disposições, a nova Resolução do CFM proíbe que médicos receitem canabidiol para doenças além dos tipos de epilepsia já mencionados. Proíbe-se, ainda, a prescrição de “quaisquer outros derivados [da *Cannabis*] que não o canabidiol”. Além disso, a resolução veda aos médicos prescrever canabidiol para quaisquer outras doenças, exceto se o tratamento fizer parte de estudo científico.

Nesse sentido, a referida resolução impõe fortes restrições à prescrição da Cannabis medicinal, que podem redundar em graves prejuízos aos pacientes que dela fazem uso, ou que poderiam fazer, contrariando, portanto, o interesse público. Para se ter uma ideia dessa demanda no Brasil, somente no ano de 2021, foram 70 mil medicamentos importados à base de cannabis, com canabidiol (CBD) e tetrahydrocannabinol (THC), todos autorizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para tratar epilepsia, Parkinson, esclerose múltipla, artrite, autismo, para aliviar dores crônicas ou causadas por cânceres, para ansiedade e tantos outros.



A Resolução nº 2.324, de 2022, do CFM, conflita, também, com o poder normativo da ANVISA, a quem compete por atribuição expressa da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, regulamentar, controlar e fiscalizar medicamentos de uso humano, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias (art. 8º, § 1º, inciso I).

Em relação a esse aspecto, a Resolução do CFM desconsidera que a ANVISA concedeu, em 2017, registro sanitário para o medicamento Mevatyl®, que contém como princípio ativo, além do canabidiol, o tetraidrocannabinol. Ademais, segundo sua bula, “o Mevatyl® é indicado para tratar os sintomas de pacientes adultos que apresentam espasmos de moderados a graves, por causa da esclerose múltipla”. Cria-se, portanto, um paradoxo: um medicamento devidamente registrado no País, com “Venda Sob Prescrição Médica Sujeita a Notificação de Receita ‘A’”, mas que não pode ser prescrito por médicos.

Ressalte-se, ainda, que a ANVISA já concedeu registro para vinte produtos de *Cannabis*, que podem ser regularmente comercializados no País, obedecidas as regras sanitárias aplicáveis.

Pode-se considerar, ainda, que a norma cria um grande limitador da autonomia e da liberdade profissional do médico. De fato, o próprio CFM reconhece que a “a autonomia do médico de prescrever o que julgar melhor para seu paciente é um dos pilares da medicina desde Hipócrates, só tendo limite na lei e na ética, objetivando sempre única e tão somente a beneficência e nunca a maleficência” (Conselheiro Domingos Sávio, relator da Resolução nº 2.292, de 29 de abril de 2021, do CFM).

Outro ponto que merece ser destacado é que a norma cria restrições à liberdade de expressão e à liberdade científica, notadamente ao proibir os médicos de ministrar palestras e cursos sobre uso do canabidiol ou dos produtos derivados de *Cannabis* fora do “ambiente científico”, entendido, pelo CFM, no Anexo II – Glossário, da resolução, apenas como “congresso nacional realizado por Sociedade de Especialidade vinculada à Associação Médica Brasileira (AMB)”.

Resta claro, portanto, que as restrições criadas pelo CFM, longe de defenderem, afrontam a ética médica, que tem como princípio fundamental buscar, sempre, o melhor interesse do paciente (Código de Ética Médica, Capítulo I, XVII), e também se desviam de sua finalidade técnica, contrariando o interesse público e exorbitando do poder regulamentar conferido pela Constituição Federal ao Poder Executivo.



Por conseguinte, em face do grave risco imposto pela medida aos doentes que fazem uso de medicamento ou de produto medicinal à base de *Cannabis*, cabe ao Congresso Nacional sustar imediatamente seus efeitos.

Por fim, em face da relevância e da urgência da matéria, solicitamos às Senadoras e aos Senadores o necessário apoio para a aprovação do presente projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI



SF/22906.85380-00

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - art49\_cpt\_inc5
- Lei nº 3.268, de 30 de Setembro de 1957 - LEI-3268-1957-09-30 - 3268/57  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1957;3268>
- Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999 - Lei do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - 9782/99  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1999;9782>
- urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2021;2292  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2021;2292>
- urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2022;2324  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:resolucao:2022;2324>